

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

São vários os técnicos especializados para formação, ou seja, aqueles que asseguram a formação técnica dos cursos profissionais nas escolas públicas, que obtiveram parecer favorável por parte da respetiva CAB, no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários da Administração Pública (PREVPAP), durante os meses de outubro e novembro de 2019. Pareceres que acabaram homologados pela tutela, mas que passado 10 meses ainda não foram abertos os respetivos concursos.

Além da não abertura de concurso, estes técnicos especializados para formação, não sabem qual será a carreira em que irão ingressar. Ora, o PCP sempre defendeu que estes trabalhadores deveriam ser integrados na carreira docente, pois a função que desempenham é de docência. Aliás, o seu trabalho “consiste no planeamento. Preparação, lecionação de aulas e na avaliação de alunos: acompanhamento, orientação e avaliação da Formação em Contexto de Trabalho, e das Provas de Aptidão Profissional, acumulando com cargos de Diretor de Curso, de Direitos de Turma.” São avaliados de acordo com a avaliação de desempenho docente e também são sujeitos a “quotas”. A sua retribuição é calculada com base na Carreira Docente. Em suma, exercem funções docentes.

Além da integração na carreira docente, deverão ser revistos os grupos de recrutamentos em função das necessidades decorrentes dos planos de estudos e dos conteúdos programáticos e assim assegurando uma justa colocação dos docentes.

Estes trabalhadores colocam também a justa necessidade de reconhecimento da profissionalização, pelo número de anos de serviço docente ou, conforme o caso, da profissionalização em serviço e a dispensa do período probatório tal como já foi realizado para outros grupos de recrutamento.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais devidamente aplicáveis, solicitamos a V.ª Ex.ª que possa remeter ao Governo, por intermédio do Ministério da Educação, o pedido de resposta às seguintes questões:

- 1 – Quais os motivos para que passados 10 meses ainda não terem sido abertos os concursos de integração na carreira? Quando vão ser abertos os concursos?
- 2 - Irá o Governo cumprir a Resolução da Assembleia da República n.º 37/2018, e integrar todos os técnicos especializados que cumprem funções docentes na carreira docente?
- 3 – Irá o Governo reconhecer a profissionalização, pelo número de anos de anos de serviço docente ou, conforme o caso, da profissionalização em serviço e a dispensa do período probatório destes trabalhadores?

Palácio de São Bento, 1 de outubro de 2020

Deputado(a)s

PAULA SANTOS(PCP)

ANA MESQUITA(PCP)